



URGENTE



Um dia após o debate público sobre a PEC 555/2006 – que extingue, gradativamente, a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e dos pensionistas –, realizado no dia 17 de março na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), um fato provocou a indignação de servidores públicos de todas as esferas da administração: a interferência descarada do Executivo no Legislativo, para proibir a votação da matéria na Câmara dos Deputados.

Segundo o blog do jornalista Ilimar Franco, hospedado no portal de O Globo, na noite do dia 18, terça-feira, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB), telefonou para os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para reclamar da conduta do líder do PT na Casa, Vicentinho (SP), que assinou requerimento pedindo a inclusão da PEC 555 na Ordem do Dia.

Mais cedo, também na terça-feira, Vicentinho havia garantido, em reunião com a presidente da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, apoio à votação da Proposta de Emenda à Constituição. No entanto, de acordo com Ilimar Franco, Vicentinho foi procurado por um dos ministros e, após levar um puxão de orelha, ligou para a Secretaria Geral da Mesa da Câmara e pediu a retirada de sua assinatura do requerimento. O blog divulga, inclusive, a imagem do documento a favor da PEC 555, na qual é possível ver a assinatura de Vicentinho riscada, com a observação manuscrita “retirada a pedido”.

A presidente da ANFIP classificou o episódio como um claro desrespeito à independência dos poderes prevista na Constituição. “Esse caso é alarmante e ameaça a democracia que tanto lutamos para construir. Estamos vivendo uma época em que o partido de plantão no Executivo interfere, manda e pauta o trabalho do Legislativo. É inaceitável”.

Margarida Lopes de Araújo avalia que o caso mostra como é justa a luta dos servidores pelo fim da contribuição previdenciária dos aposentados, mas também comprova a necessidade de reforçar o combate às forças do governo, que insistem em trabalhar contra o servidor público. “Os tempos parecem difíceis, mas eles não nos vencerão. Vamos redobrar o empenho para garantir o fim dessa coisa nojenta criada por um governo que se diz dos trabalhadores, que é o confisco de parte da aposentadoria de quem já trabalhou a vida inteira em defesa da sociedade”, conclui.

Veja, no endereço <http://goo.gl/CktwEq> a íntegra da publicação.

Com informações da ANFIP.